

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2025

Diretoria da CNTI participa de reunião pelo fortalecimento e priorização das ações do FST



No dia de ontem, reuniram-se, na sede da CNTC, em Brasília, os presidentes e dirigentes de 13 confederações nacionais de trabalhadores, com especial participação da Diretoria da CNTI, cujo centro do debate foi o fortalecimento do importante papel que o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) sempre teve e tem na defesa histórica do sistema sindical brasileiro, notadamente da estrutura confederativa, da unidade e do custeio sindical.

Na oportunidade o Deputado Federal Luiz Carlos Motta, que também é o presidente da CNTC, fez breve relato de suas atividades na defesa dos interesses da classe trabalhadora.



José Reginaldo Inácio, presidente da CNTI, enalteceu a iniciativa do coordenador nacional do FST, o companheiro Luiz Araes, e evidenciou a urgência de se

priorizar as pautas de interesse da classe trabalhadora e buscar meios para avançarmos em nossas conquistas, com ênfase na redução de jornada (fim da escala 6x1), diminuição do IR classe trabalhadora, a questão climática e seus efeitos na saúde, na segurança e na vida de quem trabalha.

Participaram, além da CNTI, CNTC, CNTS, CONTEC, CONTRATUH, CNTTT, CNTA, CNTEEC, CONACATE, CSPB, CONTTMAF, CONTRICOM, CNPL. A atividade também teve a participação de representantes da Nova Central Sindical, com especial destaque ao seu presidente, Moacyr Auersvald, do analista político e sócio-diretor da Contatos Assessoria Política, André Santos, do assessor jurídico do FST, Dr. Cristiano Meira, e dirigentes de Federações e Sindicatos de diversos setores.



CNTI participa de reunião no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria -CNTI, reuniu nesta terça-feira, 11 de fevereiro no "Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação", com a Coordenadora-Geral de Estratégia e Governança no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Sra. Verônica Goulart e a Secretária de Ciências e Tecnologia para o Desenvolvimento Social Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, a Sra. Sônia da Costa, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

O objetivo da reunião foi tratar assuntos de interesse da Confederação, dos quais se destacaram: questões climáticas, tecnológicas, gênero, qualificação e diversidades.

Participaram da reunião o Presidente José Reginaldo e a Secretaria para Assuntos da Mulher, Juventude e Idoso, Sonia Zerino. A reunião esclareceu dúvidas quanto às prioridades ministeriais nestas pastas, deixando em evidência a necessidade de diálogo permanentemente para avanço em nossas ações.

"É preciso dar tempo a Galípolo", diz Lula sobre taxa de juros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que é preciso "dar tempo" ao presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para que a taxa de juros caia nos próximos meses. Repetiu que não é possível esperar um "cavalo de pau" e uma queda imediata, culpando o antecessor, Roberto Campos Neto, pelas últimas altas.



"Tenho certeza de que o Gabriel Galípolo vai consertar a taxa de juros nesse País. Temos de dar a ele o tempo necessário para fazer as coisas. Ele não poderia entrar e dar um cavalo de pau. É preciso que vá com cuidado para que a gente não tenha uma trombada", declarou, em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá, nesta quarta-feira, (12).

Lula disse que Campos Neto, antigo presidente do BC, "foi um cidadão que teve um comportamento muito anti-Brasil no Banco Central".

"Ele falava mal do Brasil o tempo inteiro, passava descrédito para os empresários, inclusive no exterior. Ele foi se comprometendo e aumentando cada vez mais a taxa de juros", declarou.

O presidente disse que "Galípolo passará à história como o melhor presidente que o BC já teve em sua história, ele é muito inteligente, muito capaz e muito brasileiro".

Fonte: Estadão Conteúdo

Para evitar perda de alguns estados, Motta propõe ao STF aumento de cadeiras: de 513 para 527

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), vai propor ao STF (Supremo Tribunal Federal) alternativa, por meio de acordo com a Corte, a fim de evitar que alguns estados percam cadeiras na Casa, em razão de a necessidade de redistribuir vagas ocasionadas pelo Censo de 2022.



Plenário da Câmara dos Deputados, em dia de sessão | Foto: Agência Câmara

A ideia de Motta, para que alguns estados não percam representação, cadeiras, é a Casa passar a ter mais 14 deputados federais, além dos atuais 513, o que totalizaria 527.

Temos que fazer isso até junho, e tenho de ter a garantia de que o presidente Alcolumbre vote no Senado. Temos que fazer o dever de casa para que

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2025

isso não represente aumento do custo da Casa”, acrescentou.

Caso a Câmara assim não o faça, o Supremo vai fazer, porque se trata de determinação constitucional. A distribuição do número de cadeiras na Câmara dos Deputados é feita segundo o número de habitantes de cada UF (Unidade da Federação).

Projeção do DIAP

Pelas projeções do DIAP, as estimativas populacionais, evidenciadas pelo Censo de 2022, a composição de 14 estados foi alterada: 7 ganham mais cadeiras e 7 perdem.

Perderiam vagas: Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Sul (2), Piauí (2), Paraíba (2), Bahia (2), Pernambuco (1) e Alagoas (1).

Ganhariam vagas: Santa Catarina (4), Pará (4), Amazonas (2), Ceará (1), Goiás (1), Minas Gerais (1) e Mato Grosso (1).

Isto é, para reequacionar ou redistribuir cadeiras na Casa será necessário transferir as cadeiras dos estados que perderiam para os que ganhariam mais assentos. Para isso, é necessário aprovar lei complementar, por meio de PLP (projeto de lei complementar).

Já para aumentar o número de cadeiras, de modo que não seja necessário fazer redistribuição, segundo decisão do Supremo, seria necessário aprovar emenda à Constituição, por meio de PEC (proposta de emenda à Constituição).

Fonte: Diap

Produção industrial fecha 2024 com crescimento em 17 dos 18 locais pesquisados



Foto: José Fernando Ogura/AEN-PR

A produção da indústria nacional teve queda de 0,3% na passagem de novembro para dezembro, com recuos em sete dos 15 locais pesquisados. Com o resultado do último mês do ano, 2024 termina com

crescimento de 3,1% em relação a 2023, apresentando taxas positivas em 17 dos 18 locais analisados. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada nesta terça-feira (11) pelo IBGE.

As maiores altas do ano foram os resultados de Santa Catarina (7,7%), Rio Grande do Norte (7,4%) e Ceará (6,9%), que aconteceram, principalmente, devido às atividades de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e produtos alimentícios, no primeiro; de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel), no segundo; e de artefatos do couro, artigos de viagem e calçados, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e produtos têxteis no terceiro.

Pará (5,7%), Mato Grosso (5,4%), Pernambuco (4,6%), Paraná (4,2%), Amazonas (3,6%) e Mato Grosso do Sul (3,5%) foram outras localidades que mostraram taxas positivas acima da média nacional (3,1%).

“Em 2024, o avanço verificado na indústria nacional aconteceu tendo uma baixa base de comparação em 2023, o que favorece o crescimento nesse tipo de avaliação. Regionalmente, houve um ganho de ritmo na indústria, com expansão em quase todos os locais pesquisados”, destaca Bernardo Almeida, analista da pesquisa.

São Paulo exerceu a principal influência no acumulado do ano, com um crescimento de 3,1%. “Esse resultado pode ser explicado pelo desempenho dos setores de veículos automotores (produção de autopeças, automóveis, caminhão-trator para reboques, semirreboques e caminhões) e de outros produtos químicos (produção de fungicidas para uso na agricultura, e de preparações capilares)”, explica Bernardo. Ele lembra que a indústria paulista teve comportamento semelhante ao observado no cenário nacional, ou seja, com moderação.

Bahia (2,7%), Goiás (2,6%), Região Nordeste (2,5%), Maranhão (2,5%), Minas Gerais (2,5%), Rio Grande do Sul (0,6%) e Rio de Janeiro (0,1%) também registraram crescimento na produção no índice acumulado em 2024.

Com um recuo de 1,6%, o Espírito Santo foi o único local que apresentou resultado negativo no índice acumulado no ano. Isso ocorreu, principalmente, devido ao desempenho das atividades de indústrias extrativas (óleos brutos de petróleo) e de celulose, papel e produtos de papel (celulose).

Fonte: IBGE

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2025

Aviso prévio indenizado não é tempo de serviço para aposentadoria, diz STJ



Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O aviso prévio indenizado, pagamento feito pela empresa ao empregado demitido sem justa causa, e sem que ele precise trabalhar no período, não gera tempo de serviço para fins de aposentadoria.

A conclusão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que fixou tese vinculante sob o rito dos recursos repetitivos. A questão foi resolvida por maioria de votos.

O aviso prévio é um direito do trabalhador, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quando o empregador o dispensa de trabalhar no período, pode indenizá-lo, com base no último salário e na proporção de dias trabalhados.

Aviso prévio é indenização

Para o STJ, o aviso prévio indenizado não serve como tempo de serviço para fins previdenciários porque ele tem caráter indenizatório, e não de salário.

Essa conclusão é uma decorrência de outra tese vinculante, fixada pela 1ª Seção do STJ em 2014, segundo a qual não incide contribuição previdenciária (a cargo da empresa) sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado (Tema 478).

A maioria vencedora se formou em torno do voto divergente do ministro Gurgel de Faria. Ele foi acompanhado por Paulo Sérgio Domingues, Sérgio Kukina, Benedito Gonçalves, Afrânio Vilela, Francisco Falcão e Maria Thereza de Assis Moura.

Foi aprovada a seguinte tese:

Não é possível o cômputo do aviso prévio indenizado como tempo de serviço para fins previdenciários.

Voto vencido

Ficou vencido o ministro Mauro Campbell, relator dos recursos. Para ele, a ausência de prestação efetiva de

serviço durante o aviso prévio indenizado, por ser ato de vontade unilateral do empregador, não retira o tempo da contagem previdenciária.

Ele ficou vencido, acompanhado do ministro Teodoro Silva Santos.

A corrente derrotada propôs a seguinte tese: É possível o cômputo do aviso prévio indenizado como tempo de serviço para fins previdenciários.

REsp 2.068.311

REsp 2.069.623

REsp 2.070.015

Fonte: Consultor Jurídico



Análise da Conjuntura e das Pautas no Congresso Nacional que Podem Impactar a Classe Trabalhadora (2025)

Online: www.iea.usp.br/aovivo

Presencial: Sala Alfredo Bosi, Rua Praça do Relógio, 109, São Paulo

ABERTURA

René Mendes, coordenador do Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP

EXPOSIÇÃO

André Luis dos Santos, analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e integrante do Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP

DEBATE

Vera Lúcia Navarro, professora da FFCLRP-USP e integrante do Observatório Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP

MEDIAÇÃO

José Reginaldo Inácio, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e vice-coordenador do Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP

O Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP inicia seu segundo ano de atividades com o 11º Seminário Interdisciplinar, que terá foco na análise da conjuntura e no mapeamento de projetos de lei no Congresso Nacional com potencial de impactar a vida e a saúde da classe trabalhadora. O seminário buscará estratégias para contribuir com o processo legislativo, seja para o enfrentamento, seja para o aprimoramento e a melhoria de projetos, ou ainda para a formulação de contrapropostas mais avançadas, comprometidas com a vida e a saúde das pessoas que vivem do trabalho.

ORGANIZAÇÃO

Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP

<http://www.iea.usp.br/eventos/analise-conjuntura-classe-trabalhadora-2025>